

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

CIDADE MEDIEVAL

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

IV - Cidade Medieval

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

CIDADE MEDIEVAL

CONFERÊNCIAS

pág. 5

A Cidade na Baixa Idade Média - uma sociedade e um centro

Maria Helena Cruz Coelho

pág. 27

Del Garona al Estrecho. Reflexiones sobre Espacios Urbanos y Sociedad (SIGLOS XI- XIII)

Pascual Martínez Sopena

COMUNICAÇÕES

pág. 49

D. João I e a Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães: Da régia devoção à real proteção

Aires Gomes Fernandes

pág. 77

As respostas da sociedade urbana à pobreza: o exemplo dos hospitais e albergarias de Coimbra entre os séculos XII e XVI

Ana Rita Rocha

pág. 103

Da Ribeira Grande de Santiago à Cidade Velha: a metamorfose de um lugar

José Filipe Pereira Neves da Silva

pág. 127

Forma Urbana y Organización Social de las Ciudades de Repoblación de La Castilla Medieval: Mecanismos de Ocupación y Estructuración del Espacio

José Miguel Remolina Seivane

pág. 157

História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo

Luísa Trindade

pág. 179

População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV

Maria do Carmo Ribeiro

População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV

Maria do Carmo Ribeiro

Universidade do Minho; Departamento de História, Lab2pt

mcribeiro@uaum.uminho.pt

Resumo

Este trabalho, centrado na cidade de Braga em finais do século XIV, pretende contribuir para a análise da densidade, diversidade e distribuição da população no espaço urbano bracarense, num dos períodos de maior quebra demográfica registados na Idade Média. Para tal, usaremos como principal fonte documental o *Tombo do cabido*, datado criticamente de 1369-1380.

Assim, a partir dos dados relativos às propriedades urbanas que o cabido possuía na cidade, nomeadamente as casas de morada, pretende-se proceder a uma análise da população, tendo em conta o número de fogos existentes e a sua distribuição pelas várias ruas que compunham o espaço urbano, intra e extramuros, mas também acerca da condição socioeconómica e profissional dos indivíduos que nelas moravam e/ou que as emprazavam, nomeadamente os eclesiásticos, os profissionais e mesterais, assim como acerca do universo feminino.

A partir da análise quantitativa realizada às casas de morada que se encontram registadas como destruídas no *Tombo do cabido* (c. 1369-1380) e aos pardieiros torna-se igualmente possível comprovar a elevada quebra demográfica sentida na cidade, designadamente na área extramuros, mas também a degradação do parque habitacional na área intramuros.

Palavras-chaves: Braga; Cidade Medieval, Topografia urbana; População; Século XIV

Introdução

Apesar da reconhecida necessidade de aprofundar e detalhar os conhecimentos sobre a demografia portuguesa na Idade Média, os trabalhos de síntese realizados até à data lograram traçar já o quadro geral da população que existia no reino português no mundo rural e urbano (Coelho, 2012: 161). Na realidade, na ausência de um numeramento geral do reino, apenas surgido em 1527, e pese embora a divergência de valores populacionais apresentados bem como a refutação feita por vários autores às análises e cálculos realizados, decorrentes também das dificuldades na obtenção de um codificador de multiplicação que possibilite a sua conversão em número de habitantes, a verdade é que as fontes disponíveis até ao momento que abarcam por completo o território nacional encontram-se praticamente todas estudadas (David, 1995; Mattoso, 2011). Referimo-nos, nomeadamente, à lista das igrejas, de 1320-1321 e ao *rol dos besteiros do conto*, de 1421-1422, mas também aqueles que abrangem áreas consideráveis do território português, como o *Rol dos Tabeliães* existentes no reino, exceto no Algarve, de 1287-1290, ou o *rol de besteiros*, embora parcial, de 1260-1279, bem como às *Inquirições* de 1220-1258, entre outros. De facto, apesar de não se tratar de documentação de índole demográfica, permitiram obter dados globais acerca da quantidade de população em determinadas épocas, estimar quais as regiões mais populosas do país ou qual a importância relativa das diferentes povoações (Mattoso, 1985; Marques, 1987; David, 1995).

Igualmente significativos são os inúmeros trabalhos realizados num quadro regional, que se têm debruçado sobre outra categoria de documentos que permitiram analisar o volume e os movimentos da população em determinadas zonas, mas também estudar a população de muitas vilas e cidades¹.

¹ A nível regional, importa igualmente destacar os trabalhos de grande vulto sobre os fluxos e refluxos populacionais no Baixo Mondego, nos séculos XIV e XV, de Maria Helena da Cruz Coelho (1989) ou os de Iria Gonçalves sobre a evolução da população dos coutos de Alcobaça (Gonçalves 1989) e de Lisboa (Gonçalves, 1996), mas também sobre a população de Ponte de Lima, em 1412, realizado por Amélia Aguiar Andrade (1985), os acerca da população de Torres Vedras, por Ana Maria Rodrigues (1996) ou ainda sobre a população da cidade de Guimarães, realizado por Maria da Conceição Ferreira (2010), entre variados outros.

À semelhança do que se verifica na Europa, os estudos elaborados apontam para um crescimento demográfico em Portugal desde o século XI até finais do século XIII (Mattoso 1985: 15-28), que entra em fase decrescente nas primeiras décadas do século XIV (Marques, 1987: 15-46; Sousa, 1993: 327-360).

No caso da região de Entre Douro e Minho, considerada como a mais populosa do Portugal medieval (Marques, 1980:67), regista-se um dinamismo demográfico particularmente intenso no século XIII, com áreas rurais densamente ocupadas e um considerável número de centros urbanos (Mattoso, 1985: II, 260-261).

Para o território compreendido entre Lima e Ave e entre Ave e Vizela, Avelino de Jesus da Costa, pioneiro nos estudos demográficos a nível nacional, estima, para o século XIII, um número de 108.970 habitantes, existentes nos 21.794 fogos documentados nas *Inquirições* de 1220-1258 e nos *Censuais* de Braga e Guimarães, atribuindo cinco habitantes por fogo (Costa, 1997:248). José Mattoso admite, inclusivamente, que esse quantitativo poderia elevar-se para o Entre Douro e Minho (excluindo a diocese do Porto), atingindo os 120 000 habitantes (Mattoso, 1985, II:7). A região e a cidade de Guimarães seriam das mais populosas, senão as mais populosas. Para a cidade de Guimarães, Avelino de Jesus da Costa estima que, em 1258, deveriam existir 800 fogos (Costa, 1997:248), enquanto para a cidade de Braga, com base no *Tombo do cabido* (c. 1369- 1380), considera o autor que a cidade deveria ter mais de 600 fogos em meados do século XIII (Costa, 1997:248). Maria Helena da Cruz Coelho chama contudo à atenção para as grandes discrepâncias demográficas locais existentes nesta vasta região, apresentando dados sobre o número de fogos por freguesia e avançando com valores relativos à densidade populacional registada na região de Guimarães (Coelho, 1990a:142-146) e na Terra da Nóbrega (com correspondência sensivelmente ao atual concelho de Ponte da Barca (Coelho, 1990b: 170-189).

Todavia, e tal como já referido, em termos globais a situação demográfica e socioeconómica irá alterar-se nos séculos XIV e XV, registando-se uma inversão da curva demográfica, em grande parte devido à conjugação de várias crises, particularmente agravadas com a Peste Negra, cujos primeiros efeitos em Portugal se fizeram sentir no último trimestre de 1348 e nos primeiros meses de 1349 (Gonçalves, 1963; Marques, 1987: 20-30; Sousa, 1993: 330-345).

A situação de crise demográfica vivida na Arquidiocese de Braga pode mesmo atestar-se para os anos 20 e 30 do século XIV, momento a partir do qual, apesar de pontuais divergências, se assiste a uma generalizada inflexão demográfica descendente, que será particularmente agravada com a Peste Negra de 1347-1350. A situação vivida pode inclusivamente ser avaliada a partir das preocupações expressas pelo então arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira (1326-1348) (Marques, 1998:269).

Todavia, o *Tombo do cabido* (c. 1369-1380) permite, tal como já reconhecido por Avelino de Jesus da Costa e José Marques, documentar com maior detalhe este período da história da Arquidiocese e, de modo particular, a situação registada no espaço urbano de Braga. Na realidade, os estudos sobre a evolução da população da cidade medieval de Braga lidam com limitações acrescidas, comparativamente a alguns núcleos urbanos, em virtude de ser um senhorio episcopal, isento de pagamento de censo, não figurando nem nos *Censuais*, nem nas *Inquirições régias* (Costa, 1997:245).

No entanto, o inventário realizado no *Tombo do cabido*, organizado num período de grande decadência, devido à peste negra e fomes, mas também à invasão de Henrique II de Castela, no âmbito da primeira guerra fernandina (1369-1371) permite confirmar a destruição de inúmeras casas, nomeadamente nas ruas exteriores às muralhas, mas também o nível de desgaste e ruína em que se encontravam muitas propriedades do cabido na área intramuros (Costa, 1997:248) e, conseqüentemente, acerca da população que residia na cidade.

Apesar dos estudos já realizados, e da parcialidade dos dados que regista este *Tombo*, arrolando apenas as propriedades urbanas que eram do cabido, pareceu-nos pertinente proceder a uma análise mais detalhada da rúbrica intitulada “Casas que são do Cabido”, que integra o *Tombo do cabido* (c. 1369-1380), de forma a contribuir para um estudo mais detalhado da população e do espaço urbano da cidade de Braga, em finais do século XIV.

Começaremos, deste modo, por proceder a uma abordagem à fonte e metodologia utilizadas bem como às principais características morfológicas do espaço urbano para, por fim, nos centrarmos na análise da densidade, diversidade e distribuição da população pelo tecido urbano, nos finais do século XIV, tendo em conta nomeadamente as casas de morada que o cabido possuía na cidade, mas também a condição socioeconómica dos indivíduos arrolados, nomeadamente eclesiásticos, profissionais e mesteiros, assim como o universo feminino.

1. Fontes e metodologia de análise. O Tombo do cabido de Braga (c. 1369 - 1380)

O *Tombo do cabido* é um documento sob a forma de livro, encadernando a couro grosso, com aproximadamente 56x38cm, composto por 147 folhas de pergaminho e escrito em letra gótica. É apresentado pelo seu obreiro como o “Livro do Tombo dos honrados Deão e Cabido da santa sé de Braga”² e encontra-se criticamente datado de 1396 - 1380³, constituindo o primeiro tomo do cabido de Braga e o único do século XIV.

² Arquivo Distrital de Braga (A. D. B.), *Tombo do cabido*, fl. 1.

³ A datação deste *Tombo do cabido* baseia-se numa nota deixada pelo Dr. Alberto Feio, quando era Diretor do Arquivo Distrital de Braga, que refere que foi organizado depois de 1396 e antes de 1380 (Costa, 2000: 286).

Trata-se de uma fonte documental já analisada em outros trabalhos, com diferentes propósitos, nomeadamente o estudo da população da arquidiocese de Braga, já referido, realizado por Avelino de Jesus da Costa que estuda o *Censual* que integra este *Tombo*, na sua tese sobre o *Bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga* (Costa, 1997; 2000). Na realidade, os primeiros 30 fólhos, e entre as páginas 64 e seguintes do *Tombo*, são dedicados ao *Censual* do cabido de Braga⁴. As restantes folhas, da 117 à 134, são dedicadas ao registo das propriedades que os cônegos de Braga possuíam na cidade, sob a rúbrica “Casas que são do Cabido”. Os últimos 12 fólhos correspondem ao Livro das Dádivas, à confirmação das igrejas, às distribuições dos clérigos e à cópia de um rol com dádivas em Latim.

Dos trabalhos realizados com base neste *Tombo* destacam-se igualmente a dissertação de mestrado sobre o *Património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV*, realizada por Cristina Carvalho (Carvalho, 1998) assim como, ainda que de forma mais pontual, vários estudos sobre a cidade medieval de Braga, nomeadamente os realizados por José Marques (1983) e por Maria do Carmo Ribeiro (2008).

Neste trabalho, e tendo em conta os seus objetivos, utilizam-se apenas os dados constantes na rúbrica intitulada “Casas que são do Cabido”, referente às folhas 117 a 134, dedicadas, então, ao registo das propriedades urbanas que os cônegos possuíam na cidade de Braga.

Na realidade, esta rúbrica confere grande detalhe ao tecido urbano e, simultaneamente, à população da cidade, encontrando-se organizada segundo um critério topográfico, identificando as ruas existentes no espaço intramuros e extramuros, permitindo, deste modo, individualizar e situar aproximadamente as artérias que existiam na cidade em finais do século XIV. O cruzamento destes dados com a iconografia disponível e a planta topográfico de 1883-84 possibilitou inclusivamente a georreferenciação aproximada de um significativo número de arruamentos medievais, que correspondem grosso modo ao sistema viário existente nos finais do século XIV intramuros e na sua periferia imediata (Ribeiro, 2008: 422). Refere, de igual modo, o tipo de propriedade existente nas diversas ruas, constituído maioritariamente por casas de morada, permitindo simultaneamente avaliar o nível de urbanização e o estado de conservação do edificado na época, através da identificação de casas destruídas e pardieiros. Regista o nome do emprazador e/ou do morador na situação presente, mencionando, por vezes, também o nome dos anteriores emprazadores ou moradores, assim como a sua condição socioeconómica e profissional, facultando dados acerca do sexo, do estado civil, das relações de parentesco, ou da sua condição de falecido.

⁴ Esta parte do *Tombo* encontra-se inclusivamente transcrita paleograficamente no volume II da sua obra (Costa, 2000: 286-366).

Dada a quantidade, variedade e complexidade de dados arrolados, verificando-se por vezes uma repetição de nomes próprios e patronímicos, decorrente dos múltiplos emprazamentos ao mesmo indivíduo, verificando-se igualmente várias situações de subemprazamento, foi necessário armazenar, tratar e gerir os dados numa base de dados, de modo a permitir o registo dos vários tipos propriedades existentes em cada rua e dos diferentes indivíduos que lhe estão associados, assim como da informação acerca dos mesmos. Foi, igualmente, necessário proceder à normalização dos dados, nomeadamente do nome dos indivíduos. Por fim, os dados foram tratados em tabelas e gráficos, e exportados para um Sistema de Informação Geográfica, de modo a permitir a sua representação espacial.

2. O espaço urbano de Braga entre os séculos XIII e XIV

A cidade medieval de Braga, surgida a partir do quadrante nordeste da cidade romana de *Bracara Augusta*, reutiliza até aos finais do século XII o tramo norte da muralha romana Baixo Imperial, fazendo-se cercar a sul por um novo perímetro defensivo, construído com grande probabilidade entre finais do século IX e o século X (Ribeiro e Fontes, 2015:37-41). Esta nova cerca irá reduzir substancialmente o perímetro anterior, ocupando uma área modesta, que não ultrapassaria os 7 hectares, comparativamente com os 48 hectares da cidade romana.

Entre os séculos XI e XIII o pequeno burgo amuralhado irá permanecer bastante reduzido, encontrando-se a catedral, começada a edificar em 1071, pelo primeiro Bispo D. Pedro, em posição periférica relativamente ao conjunto edificado. Contudo, a partir do século XIII as fontes escritas permitem documentar um aumento da área urbanizada para norte e nordeste, com o aparecimento de novos arruamentos fora dos limites definido pela primeira cerca medieval, nomeadamente da rua do Souto, mas também das artérias que permitiam ligar a cidade aos núcleos populacionais periféricos. Referimo-nos, essencialmente, aos núcleos surgidos a partir da construção de basílicas cemiteriais ao longo dos séculos IV-VIII, e que darão origem às paróquias suburbanas medievais, particularmente S. Pedro de Maximinos, S. Vicente e S. Vítor, distanciados da catedral entre 800 a 1200 metros. Entre estes caminhos destacam-se a rua da Corredoira, a rua dos Chãos, a rua Nova e a rua de Maximinos (Ribeiro, 2008: 324; Ribeiro e Melo, 2014:84). Trata-se, na generalidade, de caminhos cuja génese remonta à época romana, correspondendo às antigas vias que permitiam ligar *Bracara Augusta* às restantes cidades do império romano (Ribeiro e Martins, 2016: 27-38).

As fontes escritas permitem igualmente comprovar o alargamento do sistema defensivo a partir dos finais do século XIII para norte e nordeste, através da referência a novas portas, bem como à construção do castelo e de um novo paço arquiépiscopal, nos inícios do

século XIV, fora dos limites da primitiva muralha medieval (Ribeiro, 2008:315-350). Por sua vez, os dados recuperados pela arqueologia demonstram que o tramo norte do sistema defensivo alto medieval, de génese romana, é desativado nos inícios do século XIV (Fontes *et al.*, 1997/98: 139) circunstância que culminará com a ampliação do sistema defensivo medieval, em finais do século XIV. O alargamento da muralha para norte, à semelhança da construção do castelo, documentado no ano de 1315, terão sido realizados no reinado de D. Dinis (1279-1325). Todavia, estas não seriam ainda obras acabadas, como se pode depreender das referências documentais que aludem a obras em anos posteriores, bem como pela aparente facilidade com que as tropas castelhanas invadiram a cidade, durante a primeira guerra fernandina (Marques, 1983:45-49). Depois dos estragos causados por esta incursão, a intervenção e apoio régios no tempo de D. Fernando (1367-1383) no robustecimento da muralha, nomeadamente através da construção de torrões, terão sido decisivos e as últimas grandes obras gerais na muralha, continuando-se a verificar obras pontuais, nomeadamente na construção de torres (Marques, 1983:48).

Deste modo, o novo perímetro defensivo duplicará partitamente a área da cidade alto medieval, abrangendo uma área de cerca de 15 hectares, passando a catedral a constituir, de facto, o elemento central do espaço urbano. Todavia, grande parte da área norte irá permanecer com grandes espaços por urbanizar ou bastante ruralizados, como documenta o *Tombo do cabido* (Figura 1).

por vezes sinuosos. A retilinearidade destas seis artérias que integrariam o Bairro das Travessas aparece comprovada no referido *Tombo*, que as descreve como “rua como vai toda direita”⁹.

Em termos gerais, o sistema viário da cidade de Braga nos finais do século XIV seria muito idêntico ao referido no *Tombo do cabido*, ou seja, composto por 23 arruamentos, 18 estabelecidos intramuros e cinco extramuros (Ribeiro, 2008:411-480).

3. Densidade e distribuição da população no tecido urbano nos finais do século XIV

A densidade e distribuição da população que residia no espaço urbano de Braga nos finais do século XIV podem ser estimadas a partir da quantidade de propriedades que o cabido tinha na cidade, uma vez que estas se constituíam maioritariamente por casas de morada. Apesar de alguns destes edifícios poderem ter tido ou acumulado outra funcionalidade, como lojas ou tendas¹⁰, nomeadamente no rés-do-chão, como acontece em muitas outras cidades medievais (Gonçalves, 1996: 11-21), tratavam-se essencialmente de casas que se destinavam à residência. Na maioria, estas habitações são referidas apenas como *casa* ou *casas*, registando-se também, ainda que muito pontualmente, a menção a *caseta*¹¹. A sua tipologia era contudo variável, nomeadamente quanto ao tamanho, podendo ser *grandes*, *pequenas* ou *altas*¹² assim como à quantidade de pisos, existindo algumas *terreiras*, outras *sobradadas* ou até mesmo com *sótãos*¹³. Também do ponto de vista arquitetónico algumas se destacavam, designadamente as *casas com arco de pedra*¹⁴ ou com *torre*¹⁵.

Apesar da maior parte destas casas albergar apenas uma família, como era comum, regista-se, contudo, casos em que nelas residiam duas ou até três famílias, nomeadamente 17 “casas que são duas moradas¹⁶” e uma que era de “três moradas¹⁷”.

⁹ Ver notas anteriores.

¹⁰ Como é o caso das “casas do Canto em que Maria Martins mãe do chantre soia de ter a tenda”, A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 121.

¹¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 128 e 129.

¹² A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 130.

¹³ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 126.

¹⁴ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 117, 119 e 128.

¹⁵ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 119, 120 e 124.

¹⁶ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 117, 119 v, 120 e 124.

¹⁷ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 121 v.

Tendo em conta o objetivo deste trabalho, iremos deixar a informação referente à tipologia das casas de morada, extremamente importante para analisar designadamente a habitação corrente, para outros trabalhos, destacando apenas os dados que se referem ao número de moradas.

Tabela 1. Casas de morada existentes na cidade de Braga, distribuídas por ruas
(*Tombo do cabido*)

	Nome da rua	Casas de morada			total de fogos	
		Total	2 moradas	3 moradas		
Intramuros	Rua do Souto	56	2		57	
	Rua dos Burgueses	30	7		37	
	Rua de Oussias	13	1	1	16	
	Rua da Olaria	5			5	
	Rua de Trás dos Açougues	10			10	
	Rua da Sapataria e Rua Nova	20			20	
	Rua Verde	21	2		23	
	Rua do Postigo	10			10	
	Rua da Triparia	13			13	
	Rua D. Gualdim Pais	24			24	
	Rua da Erva	25			25	
	Rua Pequena	6			6	
	Rua dos Cegos	9	3		12	
	Rua de Palhas	5	1		6	
	Rua Travessa	14	2		16	
	Rua Paio Manta	12			12	
	Rua de Janoas	10			10	
		Total intramuros	283	18	1	303
		Percentagem do total	69%	4%	0%	74%
Extramuros	Rua da Corredoira	31			31	
	Rua dos Chãos	11			11	
	Rua do Eirado e Rua dos Chãos	34			34	
	Rua Nova	16			16	
	Rua de Maximinos	28			28	
	Total extramuros	120	0	0	120	
	Percentagem do total	29%	0%	0%	29%	
	Total global	403	18	1	423	
	Percentagem	99%	4%	0%	104%	

À data da elaboração do Tombo (c. 1369-1380) o cabido possuía um total global de aproximadamente 403 casas de morada, sendo que destas, 283 (69%) se localizavam no espaço intramuros e 120 (29%) nas ruas extramuros, tal como se analisa na tabela 1.

Atendo à época, torna-se desde logo evidente que a cidade tinha um nível de urbanização bastante significativo na sua periferia, resultante naturalmente do crescimento demográfico encetado anteriormente.

Se considerarmos apenas o número de casas de morada e a circunstância de 18 destas casas serem de duas moradas e uma de três moradas, podemos estimar a existência de 423 fogos, 303 na área amuralhada e 120 na periferia urbana.

Todavia, nesta análise importa igualmente considerar a informação que se relaciona com os pardieiros. Na realidade, a seguir às casas de moradas, o outro tipo de propriedade urbana que o cabido possuía em maior número na cidade eram os pardieiros. Este tipo de imóvel, por norma não considerado como local de habitação, aparece associado neste *Tombo* a determinados indivíduos que neles haviam morado. Apesar de se reportarem sempre a disposições passadas “um pardieiro em que morou”¹⁸, parecem diferir da situação da “casa que ora está em pardieiro”¹⁹ ou da simples menção a “um pardieiro que está junto com o forno”²⁰. Todavia, atendendo ao contexto em que o *Tombo* foi elaborado, é bastante provável que estejamos perante a circunstância da degradação do parque habitacional e a transformação de muitas casas em pardieiros, como aliás a menção a “uns pardieiros que foram duas moradas”²¹ ou a “uns pardieiros em que morou ... que eram duas moradas juntas”²² parecem sustentar. Contudo, parece evidente não podermos deixar de considerar o tipo de informação relacionada com os pardieiros, nomeadamente nas análises demográficas futuras²³.

Para o caso de Braga, a partir dos dados relativos aos pardeiros que serviram de morada, é possível considerar a existência de mais 12 fogos na área amuralhada para o período que antecedeu a elaboração do *Tombo* que, a somar aos 423 fogos referentes às casas de morada, rondaria os 435 fogos. Apesar de estamos obviamente perante uma realidade parcial, que apenas se baseia nas casas que o cabido possuía na cidade e à qual haverá de somar-se aquelas que não o eram, torna-se evidente que o cabido era o maior proprietário urbano nos finais do século XIV e que a maior parte da população residia em casas do cabido. Em termos do número de habitantes e apesar da fragilidade dos cálculos, podemos estimar um máximo de aproximadamente 2.175 habitantes, a multiplicar por um coeficiente de cinco, ou de 1.522 habitantes, se utilizarmos o coeficiente de 3,5. Trata-se, contudo, de

¹⁸ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 121 v, 123.

¹⁹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125 v.

²⁰ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 124.

²¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 124 v.

²² A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125.

²³ Observação feita pela Professora Maria Helena da Cruz Coelho aquando da moderação da sessão, que muito agradecemos.

um panorama demográfico anterior aos anos de 1368-1390 pois, à data da elaboração do *Tombo*, para além dos dados referentes aos pardieiros se reportarem a uma situação passada, haverá que contemplar igualmente os dados relativos ao seu estado de conservação, bem como ao das restantes casas de morada.

Tabela 2. Pardieiros existentes na cidade de Braga, distribuídos por ruas (*Tombo do cabido*)

	Nome da rua	Pardieiros			Total	Total de fogos
		sem morada	em que morou	destruídos		
Intramuros	Rua da Sapataria e Rua Nova	15	4		19	4
	Rua Verde	4			4	0
	Rua do Postigo	1	1		2	1
	Rua da Triparia	1			1	0
	Rua D. Gualdim Pais	8	3		11	3
	Rua da Erva		3	5	8	3
	Rua Paio Manta		1		1	1
	Rua de Janoas	1			1	0
	Total intramuros	30	12	5	47	12
	Percentagem do total	63%	25%	10%	98%	25%
Extramuros	Rua da Corredoira	2			2	0
	Rua dos Chãos	1			1	1
	Total extramuros	3	0	0	3	0
	Percentagem do total	6%	0%	0%	6%	0%
	Total global	33	12	5	50	12
	Percentagem	69%	25%	10%	104%	25%

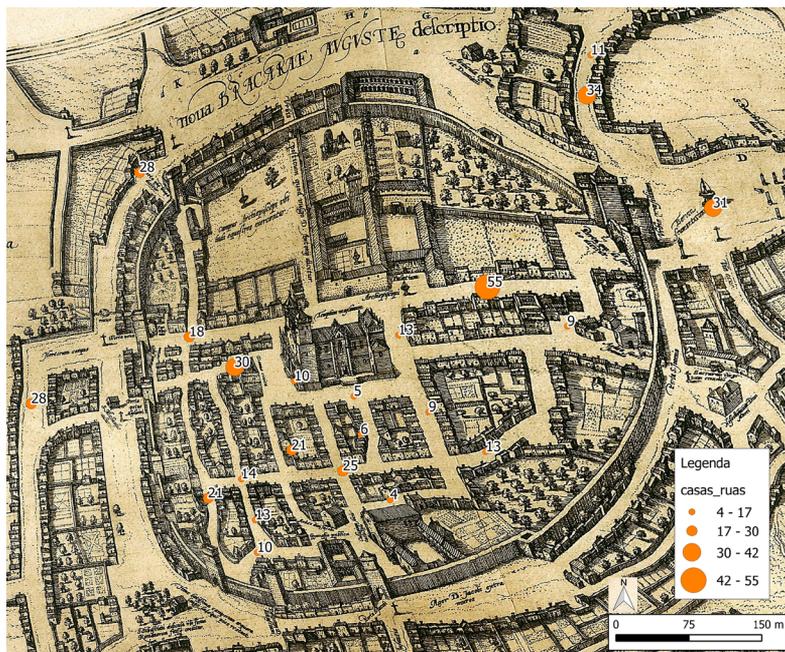
No caso dos pardieiros, para além da circunstância de alguns terem servido como local de morada, estes constituem-se obviamente importantes como indicador do nível de urbanização.

Do total de pardieiros referidos, aproximadamente 50, o maior número localiza-se na área intramuros, cerca de 47 (98%), enquanto os três restantes, apenas 6%, na área extramuros.

Estes dados permitem confirmar a existência de muitos espaços dentro das muralhas por urbanizar ou com níveis de urbanização muito reduzidos, como é o caso das ruas da Sapataria e Nova, principalmente na parte mais a norte, correspondente à rua Nova, com aproximadamente 19 pardieiros, onde em 15 deles não é identificado nenhum morador

ou empraçador. Na realidade, como já referido, a parte norte da cidade, apenas incluída nas muralhas nos finais do século XIV, revela ainda índices de ruralidade elevados. Curiosamente, a outra artéria onde se registam mais pardieiros é a rua de D. Gualdim Pais, com 11 pardieiros, uma rua central do espaço urbano, pertencente ao *Bairro das Travessas*, que apresenta uma percentagem significativa de casas de morada (24 casas), mas que, no entanto, uma já se encontrava destruída e quatro haviam-se transformado em pardieiros, muito embora se encontrassem empraçadas e/ou nelas morasse alguém. Neste caso, os dados apontam para uma situação que parece relacionar-se mais com a decadência do parque habitacional e a falta de investimento urbano, o que mais uma vez se coaduna com o período de crise geral que se sente em Portugal nos finais do século XIV.

Figura 2. Quantidade de casas de morada existentes na cidade de Braga, distribuídas por ruas (Tombo do cabido)



Se a este cenário juntarmos os dados referentes às casas de morada que se encontravam destruídas a situação registada na cidade de Braga torna-se ainda mais grave. Na realidade, das 403 casas de morada referidas, aproximadamente 84 casas (24%) já se encontravam destruídas. Destas, 78 casas situavam-se nas ruas localizadas extramuros, enquanto apenas seis (2%) na área intramuros, comprovando-se assim também a grande destruição que

haviam sofrido as artérias extramuros e, conseqüentemente, a diminuição da população que, pelo menos, nelas deixa de poder habitar.

Apesar de na generalidade a propriedade urbana do cabido se distribuir pelas diferentes artérias que compunham o espaço urbano e, naturalmente, a população de Braga, evidenciava-se uma certa concentração nas artérias mais próximas da catedral, nomeadamente nas ruas do Souto e dos Burgueses, onde o cabido trazia emprazadas 56 casas e 30 casas, respetivamente. Na realidade, para além dos índices demográfico e de urbanização também a tipologia das habitações e a condição socioeconómica dos indivíduos que moravam nas casas do cabido ou as traziam emprazadas, permitem destacar a rua do Souto das demais ruas.

A rua do Souto, que até aos finais do século XIII se localizava fora da muralha alto medieval, vai adquirindo progressivamente elevada importância devido à sua localização privilegiada, desenvolvendo-se no sentido E/O e permitindo ligar o castelo ao paço arquiépiscopal e à catedral. Trata-se, efetivamente, da artéria mais extensa na área intramuros e a primeira a ser arrolada na rúbrica das “Casas que são do Cabido”²⁴, apresentando um nível de construções muito superior às restantes, nomeadamente 32 casas no alçado norte e 24 no alçado sul. Igualmente aqui se regista o maior número de casas que seriam habitadas por duas famílias, logo grandes, num total de três, dados que permitem estimar um total de 57 fogos. Do total de casas, apenas uma era casa terreira e outra era uma casa pequena, não se registando a existência de pardieiros. Referir, ainda, que era na rua do Souto que se localizava a casa que, à época, pagava mais censo ao cabido, 24 maravedis, constituída precisamente pelas *casas* no alçado sul, onde “mora o recebedor com o forno”²⁵, mas também outras que pagavam 18 maravedis, como as *casas* que trazia emprazadas o chantre Vasco Domingos²⁶. Estes valores contrastam com os montantes pagos por outras casas, algumas mesmo na referida rua do Souto, que pagavam meio maravedi de censo²⁷.

No caso da rua dos Burgueses, também a sua localização privilegiada fazia dela uma das ruas mais importantes do espaço urbano. Se no espaço intramuros permitira estabelecer a ligação entre a fachada principal da catedral e a porta da muralha e respetiva torre de Maximinos²⁸, no espaço extramuros tinha natural continuidade pela rua de Maximinos que fazia a ligação à cidade do Porto. Nesta artéria o cabido contabilizava 30 casas, 15 em cada um dos alçados, não se registando pardieiros, sendo, pelo contrário, de destacar o

²⁴ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 117 a 119.

²⁵ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 118.

²⁶ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 119.

²⁷ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 119 v a 121.

²⁸ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 119 v.

maior número de casas que seriam habitadas por duas famílias, sete no total, podendo-se deduzir, então, um total de 37 fogos.

Importa, contudo, não minorar o número de casas que o cabido possuía nas restantes artérias, sobretudo nas que conformavam o Bairro das Travessas e que, à exceção da rua do Souto, constituíam o núcleo mais antigo, ocupado desde a época romana, mais densamente urbanizado e povoado, como se ilustra na figura 2.

4. Condição social da população nos finais do século XIV

4.1. Os eclesiásticos

No século XIV viveram ou tiveram casa na cidade algumas altas individualidades ligadas à Igreja, nomeadamente o bispo de Lamego, Dom Durão Lourenço (1349-1362), como se assinala num item que refere “E per as casas que são duas moradas que foram de dom Durão Bispo que foi de Lamego e ora são de João Lourenço seu filho advogado de Lisboa nas quais ora mora em uma o abade de Arnoso tercenário e na outra mora a manceba de Gil Peres arcediago do couto e por elas o cabido há oito maravedis de censo”²⁹.

Para além da alusão ao dito bispo, este item permite evidenciar outros aspetos sociais comuns ao grupo dos eclesiásticos bracarense (Costa, 2005). Ficamos a saber que tinha um filho, que era advogado em Lisboa e que, na altura, trazia subemprazadas as ditas casas que eram de duas moradas, na rua dos Cegos. A situação de paternidade por parte dos membros da igreja, apesar de proibida, não era única, como se atesta pelas referências no *Tombo*. Também os abades e cónegos tinham filhos, como é o caso de “Pedro Vasques, filho que foi do Abade de Cunha”, a viver na rua dos Cegos, ou de “Vasco Peres, filho que foi do Abade de Martim”, morador na rua D. Gualdim, ou, no caso dos cónegos, de “João Fernandes, filho que foi de Fernão Domingues cónego”, que trazia emprazadas umas casas na rua da Triparia; ou, ainda, o filho do mestre-escola, Martim Domingues (mestre-escola entre 1349-1369)³⁰, que tinha umas casas na rua dos Burgueses e que tinha “a haver em sua vida Vasco Martins, filho que foi do mestre-escola”³¹. Igualmente também as situações de subemprazamento são frequentes, todavia, não exclusivas para eclesiásticos, como daremos exemplos no seguimento deste trabalho.

²⁹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 129 v. Segundo uma anotação no próprio *Tombo*, o bispo Dom Durão terá falecido em 1362. De acordo com Avelino Jesus da Costa, a referida anotação terá sido realizada pelo diretor do Arquivo de Braga, Dr. Alberto Feio, quando este era diretor do Arquivo, e que terá permitido a datação do *Tombo* (Costa, 2000: 286).

³⁰ Uma pequena biografia deste mestre-escola encontra-se na obra de Ana Maria Rodrigues, que o refere como Martinho Domingues, mestre-escola, 1349-1369 (Rodrigues *et al*, 2005:151).

³¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 124.

Tendo em conta o universo de indivíduos religiosos existentes numa cidade que era couro eclesiástico (Rodrigues *et al*, 2005), os que eram foreiros do cabido de Braga representam uma percentagem significativa. Importa, no entanto, referir que do total global de 68 eclesiásticos, 28% (19) são referidos em situação passada, como tendo morado ou emprazado, enquanto os restantes 49 (72%) aparecem como a emprazar e/ou a residir na cidade à data da redação o *Tombo* (cf. Tabela 3). Entre o total global de eclesiásticos, os pertencentes à instituição capitular representam uma percentagem de 46%, superada pelas outras categorias de clérigos, nomeadamente de clérigos e abades, com 54%, sendo que desta, os abades representam 50%. Entre os pertencentes à instituição capitular surgem destacados os cónegos (24%), 16 indivíduos, oito em cada uma das situações, passada ou presente, seguidos dos tercenários e arcediagos, ambos com 4%.

Entre os indivíduos que pertenciam à instituição capitular destacam-se, por exemplo, o deão Dom Estêvão Peres³², que morava em duas casas grandes na rua de Palhas. Estêvão Peres teria sido cónego de 1340-1349 e deão de 1349-1374 (Rodrigues *et al*, 2005: 70). O *Tombo* faz ainda referência a um seu antecessor, o deão Domingos Domingues, que tinha tido umas casas na rua do Souto. Domingos Domingues terá sido deão 1317-1329, assim como cónego, entre 1275-1281, e mestre-escola, 1291-1317 (Rodrigues *et al*, 2005: 62).

Do universo de eclesiásticos destacam-se ainda os arcediagos, nomeadamente Rodrigo Álvares, Arcediago de Neiva, que morava na rua Travessa³³, mas trazia emprazadas mais três outras casas nas ruas de D. Gualdim, da Triparia e da Corredoira. Outros arcediagos são referidos, embora em situação passada, nomeadamente o do Barroso, Pedro Eanes, que morou “numas casas com sua torre”, e o arcediago de Vermoim, que morou numas casas na rua do Souto³⁴.

³² “Na dita rua de palhas como vão para a dita cruz da mão sestra duas casas grandes em que ora mora Dom Estêvão Peres, deão e traz as el emprazadas por 2 maravedis”. A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 130.

³³ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 130 v.

³⁴ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 117.

Tabela 3. Eclesiásticos presentes na cidade de Braga (*Tombo do cabido*)

Categoria de clérigos	Que emprazaram e/ou viveram	Que emprazavam e/ou viviam	Totais	Percentagens totais
Deão	1	1	2	3%
Chantre		1	1	1%
Mestre-escola			0	0%
Arcediago	2	1	3	4%
Tercenário		3	3	4%
Tesoureiro		2	2	3%
Prebendeiro	1	1	2	3%
Vigário		1	1	1%
Porteiro		1	1	1%
Cónego	8	8	16	24%
Total parcial	12	19	31	46%
Abade	4	30	34	50%
Clérigo	3	0	3	4%
Total parcial	7	30	37	54%
Total global	19	49	68	100%
Percentagens totais	28%	72%	100%	

A preferência a eclesiásticos a morar e/ou emprazar no espaço urbano continua a dar predomínio à rua do Souto, representando 13% do total de casos, registando-se, por exemplo, a presença de cinco abades, que traziam casas emprazadas na rua do Souto, nomeadamente o abade de São Pedro de Este, o abade de São Paio de Pousada ou o abade de Santa Maria de Galegos³⁵. Logo a seguir vêm as ruas de D. Gualdim Pais, da Sapataria do Postigo e a rua Paio Manta, com 7%, seguindo-se as ruas da Erva, dos Burgueses e dos Cegos, com 6%, todas elas situadas na periferia da catedral (cf. Tabela 3).

Em termos gerais, os dados referentes à localização e tipologia das habitações em que estes eclesiásticos moravam e/ou tinham emprazadas, nomeadamente *a casas grandes*, de *duas moradas* ou com *torre* bem como às várias situações de subemprazamento permitem reforçar a condição socioeconómica destes indivíduos na cidade.

³⁵ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 117 a 119.

Tabela 4. Distribuição do total de eclesiásticos por ruas de acordo com as propriedades que emprazavam, onde moravam ou subalugavam (*Tombo do cabido*)

Nome da Rua	Número de casos	Porcentagem
Rua D. Gualdim Pais	7	7%
Rua da Corredoira	2	2%
Rua da Erva	6	6%
Rua da Sapataria e Rua Nova	7	7%
Rua da Triparia	5	5%
Rua de Janoas	1	1%
Rua de Maximinos	3	3%
Rua de Ousias	4	4%
Rua de Palhas	3	3%
Rua de Trás dos Açougues	1	1%
Rua do Eirado	2	2%
Rua do Postigo	7	7%
Rua do Souto	13	13%
Rua dos Burgueses	6	6%
Rua dos Cegos	6	6%
Rua dos Chãos	5	5%
Rua Nova	1	1%
Rua Paio Manta	7	7%
Rua Pequena	5	5%
Rua Travessa	4	4%
Rua Verde	5	5%
Totais globais	100	100%

4.2. Os profissionais

O universo dos indivíduos contemplado no *Tombo* oferece algumas dificuldades de análise, com exceção dos eclesiásticos, devido, nomeadamente ao facto do nome próprio e do patronímico por vezes se repetirem, como era usual na época. Esta situação decorre igualmente do facto de alguns indivíduos morarem e, simultaneamente, trazerem emprazadas várias casas. Por exemplo, é o caso de Afonso Esteves Leites que trazia emprazadas várias casas, nomeadamente na rua do Souto ou na rua dos Burgueses. No entanto, a indicação da situação passada e atual, como por exemplo “em que morou” e “agora mora”, assim como da referência à profissão, ou ao grau de parentesco que tinha com outros indivíduos, nomeadamente como marido ou pai, foram muito importantes para proceder à sua individualização.

Relativamente aos profissionais podemos apurar um total de 112 indivíduos que se distribuem pelos três grandes sectores de atividade, primário, secundário e terciário.

Poucos se ocupavam do setor primário, num total de cinco (4%) nomeadamente um lavrador, dois vinhateiros e dois feijoeiros. Pelo contrário, os sectores secundário e terciário surgem bem representados, com 51% e 56% respetivamente, situação que aliás se verifica para outros meios urbanos, como em Lisboa (Gonçalves, 1996:45-59). Estas percentagens decorrem em última análise da variedade de profissões que estes sectores representam, permitindo destacar para a cidade de Braga, no setor secundário, os sapateiros, representando 15%, e os alfaiates (6%), e no setor terciário, os mercadores (13%), seguidos dos tabeliões (7%).

Tabela 5. Profissionais por sector de atividade (*Tombo do cabido*)

	Categories de profissionais	Número	Percentagem Total
Setor I	Lavrador	1	1%
	Feijoeiro	2	2%
	Vinhateiro	2	2%
	Totais	5	4%
Setor II	Alfaiate	7	6%
	Aparelhador	3	3%
	Seleiro	2	2%
	Sapateiro	17	15%
	Forneiro	2	2%
	Serrador	1	1%
	Tecelão	1	1%
	Peliteiro	1	1%
	Jubiteiro	1	1%
	Pedreiro	2	2%
	Ferreiro	4	4%
	Ferrador	2	2%
	Cuteleiro	1	1%
	Correio	1	1%
	Caieiro	1	1%
	Farinheiro	1	1%
	Carpinteiro	4	4%
Totais	51	46%	

Setor III	Burrieiro	2	2%
	Barbeiro	2	2%
	Carniceiro	6	5%
	Ourives	2	2%
	Mercador	15	13%
	Merceeiro	1	1%
	Tabelião	8	7%
	Procurador	3	3%
	Escudeiro	2	2%
	Escrivão	1	1%
	Demandador	2	2%
	Alcaide	1	1%
	Azemel	4	4%
	Almoxarife	1	1%
	Almocreve	1	1%
	Advogado	5	4%
		Totais	56
	Total global	112	100%

A distribuição destes profissionais e mesterais faz-se, naturalmente, um pouco por toda a cidade. No entanto, à semelhança do topónimo dado a cada artéria no *Tombo do cabido*, é ainda possível extrair informação relacionada com a funcionalidade da rua (rua da Sapateira, rua da Olaria, rua da Triparia), com o tipo e padrão de habitantes (rua dos Burgueses, rua D. Gualdim Pais, rua Paio Manta), bem como com a morfologia da rua (Rua que vai toda direita), tal como já referido.

4.3. Mulheres

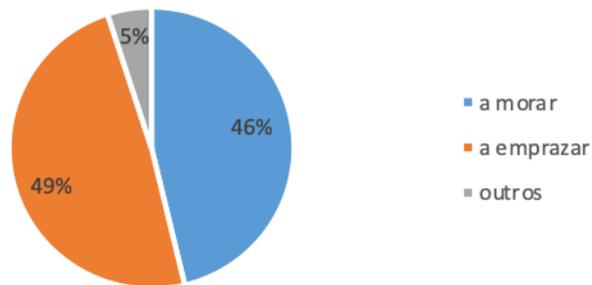
O universo feminino, à semelhança do masculino, oferece algumas dificuldades de análise devido às razões já enunciadas anteriormente.

Em termos gerais, foi possível individualizar 112 mulheres. No entanto, 32 destas mulheres apenas parecem referidas para um tempo passado, ou seja, que “moraram” ou “trouxeram emprazadas”, nunca aparecendo atribuídas a uma situação presente. Aparecem designadas de forma simples, muitas vezes apenas pela alcunha, como “a milhaceira”, “a amada”, “a Rabalva” ou “a janeira”, mas também encontramos algumas referidas apenas pelo nome, como Urraca, Senhorinha ou Constança, ou ainda como “Maria do sal” ou Maria Martins que, neste último caso, acresce a informação de que era “mãe do chantre” e onde esta “soia de ter a tenda”³⁶.

³⁶ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 118 v.

Se não em todos os casos, na sua maioria seriam pessoas que já tinham morrido e/ou já não emprazavam ou moravam na cidade, nomeadamente as 11 mulheres que aparecem associados a casas que se encontravam destruídas, situadas nas ruas do Eirado e de Maximinos, artérias localizadas extramuros³⁷. A circunstância de as casas se encontrarem destruídas permite considerá-las edifícios que se encontravam inabitados, desconhecendo-se, obviamente, se os seus moradores teriam morrido ou ido viver para outros locais, mas que, mais uma vez, atesta a redução da população na área extramuros para o período anterior à elaboração do *Tombo*, assim como em termos gerais em toda a cidade.

Universo feminino (*Tombo do cabido*)



Todavia, as mulheres referidas no tempo presente, portanto 80 casos (100%), uma vez que não incluímos as 32 referidas anteriormente, são mencionadas na sua maioria como titulares do contrato: 39 mulheres são referidas como a emprazar casas e 37 como a morar, desconhecendo-se se, numa situação de emprazamento, ou subemprazamento, enquanto apenas em quatro casos sabemos da sua existência por informação indireta. Igualmente algumas mulheres moravam e, simultaneamente, traziam emprazadas várias casas, como é o caso de Clara Geraldês, que aparece como a trazer emprazadas três casas na rua de Ousias³⁸. Se por um lado, se torna evidente o papel ativo e a capacidade de liderança destas mulheres, assumindo-se como cabeça de contrato de emprazamento, por outro, também a circunstância da morte dos maridos e a necessidade de se assumirem como chefes de família, tem de ser considerada, tendo em conta nomeadamente a incursão das tropas castelhanas. Na realidade, a forma como estas mulheres aparecem designadas é sugestiva disso mesmo, nomeadamente quando é referida a relação de matrimónio no passado “mulher que foi de”, que sugere precisamente que o marido já tinha morrido.

³⁷ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 123 e 123 v.

³⁸ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 121 v.

É possível igualmente estabelecer outros graus de parentesco entre os elementos femininos, nomeadamente de maternidade, como é o caso de Clara Martins “mãe do dito Vasco Martins Abade de Tabosa” ou outras, como com cunhados, por exemplo, no caso de Maria Domingues, a viver na rua da Sapataria, sabemos que era cunhada de Lourenço Esteves³⁹, mas fundamentalmente de matrimónio, onde se regista o maior número, existindo mulheres identificadas apenas como “a mulher de” ou “mulher que foi de” onde se registam 12 casos, omitindo-se portanto o nome da mulher e, 16 casos onde, para além do nome da mulher, se refere também a condição de casada (mulher de...) e o nome do marido.

Tabela 6. Distribuição do universo feminino por ruas de acordo com as propriedades que emprazavam, onde moravam ou subalugavam (*Tombo do cabido*)

Nome da Rua	Número de casos	Percentagens totais
Rua D. Gualdim Pais	4	5,0%
Rua da Erva	13	16,3%
Rua da Olaria	4	5,0%
Rua da Sapataria e Rua Nova	3	3,8%
Rua da Triparia	6	7,5%
Rua de Janoas	1	1,3%
Rua de Ousias	4	5,0%
Rua de Palhas	1	1,3%
Rua de Trás dos Açougues	6	7,5%
Rua do Postigo	2	2,5%
Rua do Souto	15	18,8%
Rua dos Burgueses	5	6,3%
Rua dos Cegos	3	3,8%
Rua dos Chãos	2	2,5%
Rua Paio Manta	2	2,5%
Rua Verde	6	7,5%
Rua da Corredoira	3	3,8%
Totais	80	100%

A maior percentagem de mulheres encontra-se a morar e/ou emprazar na rua do Souto, com 15 casos (18,8%), e na rua da Erva, com 13 casos (16,3%), seguindo-se as ruas de Trás dos Açougues, Verde e da Triparia, com seis casos (7,5%) (cf. Tabela 6). Tal como o próprio topónimo sugere, tratam-se, na generalidade, de artéria ligadas à produção e venda de produtos, como aliás os parcos dados profissionais destas mulheres também atestam,

³⁹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 118.

nomeadamente três tendeiiras (Leonor, a tenderia, a morar na Rua da Erva; outra Leonor, a morar na rua da Olaria, mulher de Vasco Eanes, e ainda a mulher de João Peres), uma tecelã e uma tecedeira, ambas a morar na rua da Erva.

No caso da rua da Olaria, localizada junto à catedral, a julgar também pelos dados arqueológicos, tudo indica que seria um local privilegiado de venda de produtos cerâmicos. O topónimo Verde é igualmente sugestivo de uma ligação à produção e venda de produtos têxteis. A rua da Erva constitui igualmente uma artéria que permitia a ligação privilegiada entre a catedral e uma porta da muralha e, por conseguinte, com a periferia urbana, de onde provinham muito do sustento da cidade (Ribeiro, 2008; Ribeiro e Melo 2013).

Por fim referir que algumas destas mulheres eram criadas (8 casos), a maior parte delas de membros da igreja, como por exemplo Margarida Eanes,” manceba que foi do Abade de São Tiago da Sé”⁴⁰, Maria de Deus, manceba do “Abade de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão”⁴¹, ou Joana Esteves,” manceba de Vasco Peres cónego”⁴².

Breves considerações finais

Os dados referentes à população de Braga e ao estado de ruína em que se encontravam as casas de morada da cidade, registados no *Tombo do cabido*, têm necessariamente que ser interpretados à luz do período de grande decadência e de crise demográfica vivida na Arquidiocese de Braga desde o segundo quartel do século XIV, agravados pela invasão de Henrique II de Castela, que destruiu inúmeras propriedades, nomeadamente nas ruas exteriores às muralhas. De igual modo, a referida fonte permite reforçar esta situação com dados quantitativos, atestando igualmente um nível de urbanização e uma população superior para o primeiro quartel do século XIV, verificando-se uma redução de aproximadamente 34% do número de fogos, estimados a partir da destruição de cerca de 99 casas de morada.

A produção do *Tombo do cabido* neste período (c.1369-1380) permite igualmente antever a necessidade que o cabido tinha de inventariar o seu património, justificada pela desordem em que as propriedades se encontravam face, nomeadamente, ao decréscimo da população. População esta que contava com muitos indivíduos eclesiásticos, mas igualmente com muitos outros, homens e mulheres, pertencentes a diferentes sectores de atividades, que se distribuíam pelas diferentes artérias da cidade, destacando-se destas algumas ruas, como a ruas do Souto ou dos Burgueses.

⁴⁰ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 123.

⁴¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 130.

⁴² A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 131v.

Bibliografia

- ANDRADE, Amélia Aguiar (1990). *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, Cristina Maria Peixoto de (1998). *O Património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV*. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990a). A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII. In *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI) 1 - Notas do viver socia l*. Lisboa. Livros Horizonte, p. 139-169.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990b). A Terra e os homens da Nóbrega no século XIII. In *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI) 1 - Notas do viver socia l*. Lisboa. Livros Horizonte, p. 170- 198.
- COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho (1989). *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* (2ª ed., vol. I). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho (2012). As cidades medievais portuguesas – população. In *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População, 2012. vol 1. Cidade Antiga / Cidade Medieval*. Guimarães: Câmara Municipal. p. 144-162.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. (2ª edição refundida e ampliada). Vol. I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COSTA, Avelino de Jesus da (2000). *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. (2ª edição refundida e ampliada). Vol. II. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COSTA, Maria Antonieta Moreira (2005). Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga (1245-1374), *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 17: 117-140.
- DAVID, Henrique (1995). População portuguesa na idade Média: uma revisão bibliográfica. *População e sociedade*, n.º1, p. 87-91. Porto: CEPFAM-Centro de Estudos da População e Família.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães: duas vilas, um só povo: estudo de história urbana, 1250-1389*. Braga: CITCEM.
- FONTES, Luís; LEMOS, Francisco Sande; CRUZ, Mário (1997/98). “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, Vol. 14/15, série II, Nº. 137-164, Braga.
- GONÇALVES, Iria (1963). Para o estudo da Peste Negra em Portugal. Consequências demográficas da Peste Negra, *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV, nº 1-2 (49-50) - Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval, tomo I, pp. 220-229.

GONÇALVES, Iria (1989). *O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

GONÇALVES, Iria (1996). *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia.

MARQUES, A. de Oliveira (1980). *A população portuguesa nos fins do século XIII. Estudos de História Medieval Portuguesa*. (2ª ed.). Lisboa.

MARQUES, António de Oliveira (1987). *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de Nova História de Portugal, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença: 15-46.

MARQUES, José (1983). *Braga medieval*. Braga

MARQUES, José (1998). *A arquidiocese de Braga no século. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

MATTOSO, José (1985). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. II, Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, José (dir.) (2011). *The historiography of medieval Portugal c. 1950-2010*, coord. ROSAS, de Maria de Lurdes Rosa; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

RIBEIRO, Maria do Carmo (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma A metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Dissertação de Doutoramento (2 vols). Universidade do Minho: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.

RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo de Sousa (2014). “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII- XVI): a ação dos mesteres e das instituições religiosas”. In RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo de Sousa (Coord.) *Evolução da paisagem urbana: Cidade e periferia*. Braga: CITCEM e IEM, p. 79-115.

RIBEIRO, Maria do Carmo Ribeiro e FONTES, Luís (2015). The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries. In Raquel Martínez Peñin (ed.) *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Lleida/Braga: Espai / Temps, Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, 67: pp. 29-45: <http://hdl.handle.net/1822/39013>

RIBEIRO, Maria do Carmo Ribeiro e MARTINS, Manuela (2016). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In *Os Espaços da Morfologia Urbana. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, PNUM 2016: 27-38 (E-book, ISBN 978-989-99484-6-4).

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (1996). *Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras Medieval*. Cascais: Patrimonia.

RODRIGUES, Ana Maria S. A.; RIBEIRO, João Carlos Taveira; COSTA, Maria Antonieta Moreira; MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro (2005). *Os Capitulares bracarenses (1245-1374): Notícias biográficas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa (UCP).

SOUSA, Armindo de Sousa (1993). “1325-1480”. In MATTOSO, José (dir. de) *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal*, coord. de José MATTOSO, Lisboa: Editorial Estampa, p. 327-360.